

Governo acha que já tem sua base de sustentação

Planalto contabiliza 150 parlamentares de vários partidos dispostos a votar com o Executivo

GIVALDO BARBOSA

LUIZ MARQUES



Sant'Anna busca acordos estáveis. Brito nega que soberania ameace o mandato

Saulo Queiroz propõe mandato de seis anos

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), anunciou ontem à noite, que apresentará um projeto de decisão à Constituinte estabelecendo o mandato do presidente José Sarney será de seis anos, como está na Constituição em vigor. O anúncio de Saulo foi considerado estranho porque sequer foi aprovado o Regimento da Constituinte estabelecendo o projeto de decisão, que o PFL está combatendo e procurando reduzir em sua dimensão.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), que tem participado de reuniões com o Presidente e ministros junto com Saulo, mostrou-se surpreendido com o anúncio. "Não creio que ele vá apresentar esse projeto. Não conversamos sobre isso e nem acho que seja o momento". Há no PFL quem defenda a tese de recurso ao Supremo Tribunal Federal contra a mudança da Constituição através de projeto de decisão, caso o Regimento o aprove.

LIVRO

No início da noite, em seu gabinete, surpreendendo até a parlamentares de sua amizade, Saulo Queiroz anunciou sua intenção de propor a fixação do mandato. "Foi uma ideia que tive agora" — comentou Saulo Queiroz que tinha na sua mesa o livro "Educação e Liberalismo", do ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil. Por coincidência, Marco Maciel defendeu em Recife, na última terça-feira, a necessidade de ser confirmado logo o mandato de seis anos para o presidente da República.

Justificando a sua futura proposta, o secretário-geral do PFL lembrou que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, está negociando no exterior a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. Fica, para ele, muito difícil responder às indagações sobre o noticiário que o presidente José Sarney poderá ter seu mandato reduzido pela

Manter união é essencial

O Governo não quer arrastar sua base de sustentação no Congresso, e, por isso, pretende que o PMDB e o PFL se entendam quanto a redação do artigo 57, parágrafo 7º, do Regimento da Constituinte. Se for possível, está interessado também em esse acordo abranja os demais partidos e, até admitir, com pequenas alterações, aceitar o texto da emenda 535, de autoria do deputado Maurílio Ferreira Lima.

A informação foi prestada ontem pelo líder da maioria na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que depois de uma audiência com o Presidente Sarney considerou vital que o acordo seja coordenado pelo presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, como ficou acertado no encontro entre ele e o Presidente, sábado, em São José do Pericumã.

O líder governista apenas acompanhará os entendimentos, que serão feitos entre os líderes do PMDB, Luiz Henrique e Fernando Henrique Cardoso, e os do PFL, José Lourenço e Carlos Chiarelli, sob a coordenação de Ulysses Guimarães. Nessas conversas, disse Sant'Anna, deverão

Constituinte, o que, logicamente, atrapalha as negociações.

Além disso parece-lhe muito justo que o mandato seja estabelecido desde logo porque o presidente José Sarney está fazendo um grande Governo e confia com o maior apoio no Congresso. Saulo garante estar convencido de que sua proposta terá excelente acolhida tanto no PMDB quanto no PFL, sendo fácil conseguir as assinaturas de 1/3 dos constituintes.

A ser mantida a atual disposição do substitutivo do Regimento, o projeto de decisão terá de ser apreciado pela Comissão de Sistematização e, se aprovado, encaminhado ao plenário que decidirá por maioria absoluta.

ESPECULAÇÕES

O surpreendente anúncio de Saulo provocou várias especulações durante a noite de ontem. As mais importantes foram:

1 — O projeto de decisão é inócuo porque só valerá até a elaboração da próxima Constituição. Ele seria uma redundância do que já está na Constituição e seu objetivo seria, na verdade, provocar uma questão política.

2 — O PFL está contra a possibilidade do projeto de decisão poder alterar a Constituição. No caso específico não mudaria — ficariam os seis anos — mas estaria reconhecido o direito de mudar a Constituição por projeto de decisão. Com uma proposta concreta, seria feita uma consulta ao Supremo sobre essa validade.

3 — Com esse anúncio, o PFL quer intimidar o PMDB e forçá-lo a aceitar um acordo em torno de uma redação sobre projeto de decisão dentro dos limites do Governo.

4 — O presidente José Sarney, que está muito preocupado com a duração de seu mandato, acha que em torno deste tema concreto teria condições de realmente saber quem está ou não do seu lado.

admitir o PTB, que se soma à Aliança Democrática.

Segundo Sant'Anna, o presidente Sarney pediu ao deputado Ulysses Guimarães que assumisse o entendimento, pois deseja que ele sirva a unidade interna do PMDB e conquiste a aceitação do PFL. O que não quer é disputa entre os partidos da Aliança, que precisa ser mantida intacta nessa fase de transição.

Sant'Anna negou ontem que fosse de sua autoria o texto que gerou os entendimentos entre o PFL e o PMDB na semana passada. Admitiu que ele foi levado a uma das muitas reuniões feitas na busca do acordo pelo deputado Nelson Jobim, do grupo de "xiltas" do PMDB.

E reconheceu que ninguém percebeu imediatamente a malícia do texto, nem o próprio Governo, o que só ocorreu quase 48 horas depois. Ressalvou que participou das reuniões apenas como intermediário e que todos sabem de sua atuação, inclusive para desmanchar o clima emocional que reinou durante aqueles encontros.

DILZE TEIXEIRA Da Editoria de Política

O Governo já tem assegurada uma base de apoio, hoje com 150 parlamentares contabilizados, de todos os partidos, que se posicionará, incondicionalmente, a seu favor nas discussões dos grandes temas de interesse do Palácio do Planalto. A informação é de um importante articulador dos quadros do Executivo.

Ele explicou que em nenhum momento o Governo pensou na formação de um bloco governista na Constituinte, "até porque isto seria impossível: os constituintes vão se posicionar, ao longo dos trabalhos da Constituinte, obedecendo a seus interesses e não em função da consciência partidária", afirmou.

APOIO FLUTUANTE

E a partir desta base de apoio já consolidada que o Governo espera vencer as batalhas que terá de enfrentar na Constituinte. Consciente, contudo, de



que para isso terá de atrair pelo menos mais 130 parlamentares, em cada votação, de modo a garantir a maioria absoluta na Constituinte — 280 votos.

Além desta base de apoio, o Governo poderá contar, de acordo com seus assessores, com alguns governadores que detêm o controle de suas bancadas, entre eles, o de Minas Gerais, Newton Cardoso. No episódio da votação do regimento interno da Constituinte, Cardoso deu uma demonstração de força ao conseguir, de uma bancada de 35 parlamentares, que 27 ignorassem a orientação da liderança do PMDB para se alinhar ao Governo e quatro se retirassem do plenário.

Outro possível apoio ao Governo é o governador do Paraná, Alvaro Dias que comanda efetivamente sua

bancada e é hoje um homem identificado com o presidente José Sarney. Além da ação de parte dos governadores, a assessoria política do Palácio do Planalto acredita que poderá votar com aqueles parlamentares considerados não sectários, como Roberto Freire, do PCB, Lysineas Maciel, do PDT ou senador Jarbas Passarinho, do PDS, só para citar três exemplos de constituinte que, comprovadamente, exercem uma oposição responsável mas não relutará em apoiar o Governo quando a questão for do interesse da Nação.

Desta forma, existe hoje um consenso entre os estrategistas do Governo de que há uma grande margem de manobra para negociar no decorrer dos trabalhos da Constituinte. Embora isto não signifique que a luta será fácil uma vez que a todo o momento o Governo terá que dar uma demonstração de superioridade numérica — que será marcada pelo caráter flutuante — construída em torno de cada discussão.

ARQUIVO/JULIO ALCANTARA

Sarney quer reforçar a Aliança

Reforçar a Aliança Democrática, especialmente o PMDB, e promover a união do partido e sua integração com o Governo. Foi esta a orientação do presidente José Sarney ao líder do Governo no Congresso, deputado Carlos Sant'Anna, a quem recomendou explicitamente: "Nada de hostilidade. A palavra de ordem é concórdia e união para que seja possível superar as dificuldades e completar a transição de forma pacífica".

— Meu papel será tentar superar as dificuldades, promover a unidade e proximidade do PMDB com o Governo. Já a coordenação do entendimento em torno do Regimento Interno da Constituinte ficará com o presidente Ulysses Guimarães, que é, notoriamente, a maior figura do partido, com trânsito em todas as correntes, explicou Carlos Sant'Anna, que na condição de líder participará da também costura do acordo.

O líder afirmou que o acordo que vem sendo ne-

gociado por Ulysses Guimarães "caminha a passos largos". Segundo ele, a expectativa é de que já no próximo dia 10 — ou 11 — os constituintes estarão votando o regimento interno da Constituinte. Carlos Sant'Anna adiantou que o acordo terá como base a emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) ao parágrafo 7º do artigo 57 do projeto de Regimento Interno.

— A emenda Ferreira Lima se destina a sobrestar as medidas que impeçam os trabalhos e as decisões soberanas da Assembleia Nacional Constituinte. A esta emenda deverão ser incorporadas outras emendas, como a apresentada pelo líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço e parte do substitutivo do relator, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) — explicou o líder do Governo.

Na opinião de Carlos Sant'Anna, o Governo vem se portando com "a maior dignidade" em relação à

Constituinte. Disse, no entanto, que o Governo não pode se isolar, manter-se equidistante, no exato momento em que os constituintes tentam interferir de forma brusca no Executivo.

— E preciso ficar claro que a Constituinte não pode se imiscuir em um Governo existente e em ação, regido por uma Constituição em vigor. Neste caso, é dever deste mesmo Governo interferir — afirmou Sant'Anna.

BOICOTE

Sem confirmar ou negar que esteja sendo vítima de um boicote por parte da cúpula do seu partido e da ala mais esquerda do PMDB, Sant'Anna disse que é natural que haja uma certa reação à figura do líder do Governo, só existente até antes de 1964. "No momento em que o Governo volte a recorrer ao desempenho do seu líder, é natural e até claro que haja uma certa incompreensão em relação a seu papel", justificou o deputado.

Newton defende a ajuda de todos

WILKIE RODRIGUES Correspondente

Belo Horizonte — O governador eleito Newton Cardoso afirmou ontem que "embora seja contra as reivindicações do PFL, por que esta agremiação quer ter um espaço político que não tem uma correspondência em votos, sou favorável à Aliança Democrática. E preciso que se entenda que estamos vivendo um momento de crise e, por isso mesmo, precisamos da ajuda de todos. Mas acho que cada partido deve ter o espaço proporcional à sua importância eleitoral. E uma questão de justiça".

Segundo Newton Cardoso, "o PMDB poderia até mesmo bancar todo o processo legislativo e de sustentação política ao Governo do presidente José Sarney. No entanto, convém que o Governo receba o apoio de todos os segmentos políticos partidários do País. E é com este pensamento que defendo a Aliança Democrática".

Disse que "o presidente José Sarney tem absoluta certeza de que Minas Gerais, durante o seu mandato, tem dado a ele todo o apoio político necessário, a fim de que o Presidente exerça na plenitude o seu mandato e promova as profundas transformações que a sociedade brasileira reclama. Em que

pese isto, Minas Gerais não pode deixar de levar os seus pleitos ao Presidente. Entre eles está um ministério de destaque na área econômica".

Newton Cardoso revelou, no que se refere aos ministérios, que ainda não possui "qualquer nome para levar ao presidente José Sarney. Depois, entendo que a decisão de convidar quem quer que seja para compor sua equipe de governo é privativo do presidente da República".

Ele revelou que "apesar de não ter nomes, estou aguardando o convite do presidente da República para uma conversa sobre uma possível reforma ministerial. No entanto, não desejo, de forma alguma, passar o carro na frente dos bois. Posso garantir que é minha intenção não só ampliar o número de ministérios como também conseguir pastas importantes para o nosso Estado na área econômica. Mas darei toda liberdade ao Presidente para que ele decida e aja da forma que bem entender em relação ao aproveitamento de nomes mineiros para compor seu ministério".

RELACIONAMENTO

O governador Newton Cardoso desmentiu qual-

quer tipo de desentendimento entre ele e a bancada federal do PMDB, até mesmo com os chamados dissidentes, afirmando que "tenho mantido com todos eles o melhor relacionamento. Com relação, por exemplo, ao deputado Pimenta da Veiga, estive com ele recentemente, em Brasília, e não ouvi nenhuma queixa, o mesmo ocorrendo com relação ao deputado Raul Belém, meu contemporâneo de faculdade".

— Aliás, em relação ao deputado Raul Belém, se houvesse mesmo qualquer tipo de desentendimento entre nós dois, eu não teria convidado o presidente regional do PMDB, deputado Joaquim de Melo Freire, para compor o meu secretariado. Digo isto porque, com o convite a Melo Freire, ensinei a eleição do novo presidente do PMDB mineiro que será, exatamente, o deputado Raul Belém — afirmou Newton Cardoso.

Newton Cardoso chegou mesmo a estranhar as informações sobre a possibilidade de um desentendimento entre ele e a bancada do PMDB, em Brasília, dizendo que "não acredito nisso. Deve ser obra de quem está desejando a desunião da nossa bancada".

Quércia prefere manter Aliança

Da Sucursal

São Paulo — O governador eleito Orestes Quércia declarou ontem que detém a permanência da Aliança Democrática na Constituinte. O PMDB, segundo ele, deverá fazer concessões em posições que defende na Constituinte para que as discussões tenham andamento e o regimento interno seja aprovado o mais rápido possível.

Apesar de não ter atendido aos interesses do senador Mário Covas na indicação do secretário dos Transportes, Quercia afirmou que irá apoiá-lo na disputa para líder do PMDB na Constituinte. O governador eleito reafirmou, por outro lado, a sua posição a favor de seis anos para o mandato do presidente Sarney, concordando com a opinião do ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel.

Hoje, às 15h, em seu escritório da Avenida Nove de Julho, o futuro governador apresenta mais cinco secretários de Estado. Entre os nomes a serem anunciados deverá estar o da atual secretária do Trabalho, Alda Marco Antônio, provavelmente para ocupar a Secretaria Extraordi-

puta para líder do PMDB na Constituinte. O governador eleito reafirmou, por outro lado, a sua posição a favor de seis anos para o mandato do presidente Sarney, concordando com a opinião do ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel.

Hoje, às 15h, em seu escritório da Avenida Nove de Julho, o futuro governador apresenta mais cinco secretários de Estado. Entre os nomes a serem anunciados deverá estar o da atual secretária do Trabalho, Alda Marco Antônio, provavelmente para ocupar a Secretaria Extraordi-

nária do Menor, a ser criada por Quercia. Outros que deverão ser confirmados são os do deputado estadual Wagner Rosse para Educação e o atual secretário do Interior Chopin Tavares de Lima para Promoção Social.

Faltando menos de 10 dias para assumir o Palácio dos Bandeirantes, o governador eleito só anunciou até ontem sete secretários: Cultura, Obras, Governo, Fazenda, Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Saúde. Até terça-feira pretende concluir a formação de seu secretariado.

Duque critica inércia do PMDB

"O PMDB é um corpo inerte, está sofrendo de paralisia absoluta, e não está tendo nem a dignidade de reagir diante de provocações absurdas e levianas". O comentário foi feito ontem pelo deputado Hélio Duque (PMDB/PR), cogitado para vice-líder, sobre as recentes declarações do

líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), a respeito do PMDB.

— O partido tinha que ter reagido. Cadê os líderes? O José Lourenço está querendo o quê? Encurrular o PMDB?

Duque defendeu um mandato de quatro anos para o presidente José Sar-

ney, afirmando que esse período decorre de um compromisso da Aliança Democrática, e que a crise que o País enfrenta levava a ele. Como norma constitucional para os futuros presidentes, o deputado é favorável a um mandato de cinco anos, proibida a reeleição.

ANÚNCIO FONADO

223-2323